

Do surgimento da Escolástica (Patrística, século V) ao Argumento Ontológico de Anselmo de Cantuária (Século XI)

Ramon Maciel de Souza

Faculdade Unida de Vitória
Vitória - Espírito Santo - Brasil
pr.ramon.iba@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo elucidar o contexto histórico do nascimento do pensamento escolástico, passando pela patrística até o seu surgimento, no final do século X e início do século XI. Esse levantamento tem sua importância para avultar como a razão, ferramenta utilizada pela escolástica, torna-se proeminente para comprovar e fundamentar verdades teológicas. É relevante, ainda, para entender o momento histórico que antecede a época em que Anselmo viveu, e quais as influências que esse contexto, possivelmente, trouxe para o pensamento do monge beneditino em sua obra *Proslogion*, na formação do seu argumento Ontológico.

Palavras-chave: Escolástica. Anselmo. Argumento Ontológico.

Introdução

O pensamento escolástico tem seu marco inicial no século XI, chamado de segunda fase da Idade Média, e tornou-se importante por construir um elo entre fé e razão, “e mais precisamente no uso da filosofia como instrumento de interpretação” do livro sagrado ocidental: a Bíblia (REALE; ANTISERI, 2003, p. 123). No entanto, desde o século III, no período marcado pela Patrística¹, a razão, por meio da filosofia, já dava seus primeiros passos para a formação do embrião escolástico. Surge daí a necessidade de retroceder um pouco na história para compreender o desenvolvimento da escolástica e como ela se concretizou no século XI.

Como afirma o historiador G. R. Elton (*apud* OLIVEIRA, 2018, p. 26) quando tenta definir o motivo real da reforma protestante: “Um fenômeno tão complexo surgiu de fatores tão numerosos que somente uma análise geral, que abarcaria centenas de anos de história, poderia aproximar-nos de uma resposta satisfatória”. Esse mesmo princípio

¹ “Patrística representa o aspecto cristão do pensamento antigo tardio, enquanto a Escolástica, na sua gênese e nos seus desenvolvimentos, representa toda a era medieval” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 120). Esse pensamento tinha como base a filosofia platônica, e a usava para se defender dos ataques que sofriam do agnosticismo e o paganismo, dando-lhes a base teórica para fé e a revelação divina.

pode ser aplicado à escolástica, tendo em vista a amplitude histórica desde Agostinho (354-430 d.C.) até Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.)². Não se pretende, portanto, abarcar tão grande período, mas destacar alguns pensadores anteriores ao início da escolástica.

A filosofia como ferramenta da fé

Para esse fim, destaca-se no século V Anísio Mânlio Severino Boécio, nascido em uma família nobre de Roma, que sofreu influência helenista, ganhando destaque com sua famosa obra *De Philosophiae Consolatione* (No consolo da filosofia), usando de prosa e verso e exercendo “considerável influência sobre o pensamento e a espiritualidade da Idade Média” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 131). Nessa obra, ele elabora um diálogo com a filosofia, personificada em uma mulher; em meio aos versos, a filosofia começa a lhe ajudar na compreensão do mundo. Boécio (2012, p. 88), elogiando a mulher filósofica de seu livro afirma: “Tu, que conduzes à verdadeira luz, sabes que todas as afirmações que me fizeste até agora pareceram-me não só divinas, mas também irrefutáveis pela lógica de teus argumentos”.

Boécio também é conhecido como o “último dos romanos e o primeiro dos escolásticos” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 130). Em sua opinião todas as artes de sua época deveriam estar à disposição da filosofia. Nesse intuito, ele propõe algo audacioso para o seu tempo: mostrar as concordâncias entre as obras de lógicas de Aristóteles e as de Platão. Para tanto, tentou traduzir para o latim todas essas obras. Mas não teve êxito nesse propósito, pois acabou falecendo antes de completar seu projeto. Mesmo assim, conseguiu traduzir e comentar algumas obras de Aristóteles. Essa intenção de Boécio já mostrava uma das funções da escolástica: apresentar a dialética entre pensamentos. O comentário de Reale e Antiseri (2003, p. 125) sobre a razão do pensamento escolástico corrobora essa função dialética exposta por Boécio:

[...] na realidade trata-se do aperfeiçoamento dos instrumentos lógicos para melhor compreensão dos textos bíblicos e dos ensinamentos dos Padres da Igreja. A razão é posta predominantemente em função da fé, ou seja, a filosofia serve à teologia, para a interpretação da Escritura (exegese) ou para construção doutrinária sistemática (dogmática).

² Considerando que Agostinho em suas obras já se utilizava de argumentos racionais em questões como livre-arbítrio, predestinação entre outros, fazendo uso do pensamento de Platão. Por outro lado, Tomás de Aquino, vários séculos depois, fecha esse ciclo, aqui delimitado, quando se utiliza da filosofia de Aristóteles em prol das verdades bíblicas.

Outro filósofo-teólogo importante dessa época foi Máximo, que viveu entre os anos de 580 a 562 “e representa a última grande voz original da Patrística grega” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 61). Representava uma forma de neoplatonismo trabalhando em prol da teologia cristã e tratava de temas como o amor, conhecimento de Deus e de Cristo. Mais tarde, no século VIII, a filosofia aristotélica também seria utilizada por João Damasceno (676-749 d.C.) com o mesmo objetivo³.

O ambiente favorável do império Carolíngio para a razão

No mesmo século VIII, o imperador Carlos Magno (742-841 d.C.) desejava “fazer surgir na terra dos francos uma nova Atenas” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 121). Ele era um estudioso, e suas conquistas na Europa Ocidental permitiram uma relativa tranquilidade para que a produção literária se desenvolvesse⁴. Une-se a isso a preocupação que ele tinha em fazer com que seu reino fosse mais intelectual e espiritual.

O que ele fez então foi uma reformulação da palatina, uma escola ligada à corte, que existia desde a dinastia dos merovíngios. Mandou convocar o monge Alquino de York (735-804 d.C.), que influenciou os francos com a erudição dos mosteiros britânicos. Assim, segundo Gonzalez, foi ordenado que todas as dioceses tivessem uma escola e que este ensino deveria ser também estendido aos pobres sem nenhuma cobrança de taxas (GONZALEZ, 1993, p.128). Não somente seus filhos, mas também os nobres da corte, e até mesmo o próprio imperador participavam desta escola. Era clara a ideia de que, depois de sua coroação, ele não apenas queria um império franco sólido, mas também uma unidade imperial por meio dos “fiéis de Deus e do Rei” (BARROS, 2009. p. 58).

É nesse período da palatina que surgem as artes do trivium e o quadrivium. O Primeiro, destacando o estudo da gramática, retórica e dialética; e o segundo, a aritmética, geometria, astronomia e música. A diferença agora é que essas artes, de certa forma, seriam utilizadas um pouco desgarradas da teologia, mas não tão distantes, o que era desejo de Boécio desde o século V.

³ É importante ressaltar que o pensamento aristotélico será utilizado com mais aprofundamento por Tomás de Aquino séculos depois (GONZALES, 1993. p.146).

⁴ Talvez por causa desse ambiente propício várias controvérsias surgiram nesse período. Entre elas podemos citar a controvérsia trinitariana; a discussão a respeito do estilo da Escritura; a controvérsia de como o redimido veria a Deus; sobre a virgindade de Maria; dupla predestinação; a controvérsia a respeito da alma entre outras (Cf. GONZALEZ, 2004. p. 120-121).

Alquino teve a importante contribuição de produzir manuais para todas as artes do trivium e do quadrivium sistematizando, assim, o ensino e o estudo. Tinha como base para esses manuais pensadores como Santo Agostinho e Boécio. Esse modo escolar seria a “base para o surgimento de um ensino superior” (ATHAYDE, 2011, p. 23), ou seja, as futuras universidades do século XII.

Segundo Franco Júnior (1986, p. 127), assim era feita essa estrutura escolar:

Na primeira parte ou trivium, estudava-se Gramática (ou seja, latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda ou quadrivium passava-se para Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música. Cumpridas essas duas etapas, de duração variável conforme as condições pessoais e locais, passava-se para o estudo da Teologia, o saber essencial da Idade Média, a que clérigos se dedicariam por toda a vida.

Desta sumária exposta pode-se perceber o início do pensamento escolástico, e suas raízes desde a Patrística. Mas é a partir do fim do século X, onde acontecem as reformas monásticas, a renovação política da igreja – manifestada por meio das complexas lutas pelas investiduras (GONZALES, 1993, p. 31) e pelas grandes cruzadas (GONZALES, 1993, p. 47-48) – que o pensamento escolástico começa a ganhar seus primeiros contornos.

Escoto de Eriúgena e os primeiros passos do pensamento Escolástico

É nesse contexto, com Escoto de Eriúgena (815-877 d.C.), de origem possivelmente irlandesa, país do qual Gonzalez diz ter “conservado em seus mosteiros boa parte dos conhecimentos da antiguidade, esquecidos pelo restante da Europa Ocidental” (GONZALEZ, 1993, p. 157), que surge a primeira fagulha escolástica, que veremos em Santo Anselmo:

Mediante Escoto Eriúgena, tentou-se uma reavaliação da dialética e da filosofia pela inserção das artes liberais no contexto teológico. Assim, de formas de erudição especiosa, essas artes formaram-se instrumentos de pesquisa, compreensão e elaboração no interior das verdades cristãs. E foi desse modo que se configurou a “primeira escolástica”, ou seja, o período de pensamento que vai de Escoto Eriúgena a santo Anselmo, das escolas de Chartres e de São Vitor a Abelardo (REALE; ANTISERI, 2003, p. 122).

No século IX, o Império Carolíngio começava seu declínio, via-se o conceito de unidade imperial indo embora, juntamente com a morte do imperador e com a partilha do domínio entre seus filhos – de acordo com os antigos costumes dos francos – o que ocasionou conflitos e disputas. Isso porque o imperador Carlos Magno havia se casado

com Judite após a morte da imperatriz Hermengarda. E dessa união vieram filhos, que também tinham parte da herança do império (GONZALEZ, 1993, p. 151). Em 843, os irmãos Lotário, Luís e Carlos assinaram o tratado de Verdon, que dividia a terra do império em três partes. O filho Carlos, “o Calvo”, recebeu o território que hoje é a França. “Essa fragmentação do grande império que Carlos Magno construiu foi também apressada pelo surgimento do feudalismo” (CAIRNS, 1995, p. 155).

Foi nesse contexto histórico que Escoto de Eriúgena aparece, por volta de 847, com a mesma função que Alcuino de York: dirigir a escola palatina. Vindo da Irlanda, e já com sua erudição fundamentada, foi convidado a refutar as ideias da dupla predestinação de Gostescalco, que afirmava que “alguns estavam predestinados ao inferno e outros ao paraíso” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 135). Surge então sua obra *De praedestinatione*⁵. A pedido do imperador, ele traduziu obras de Pseudo-Dionísio, de Máximo, o Confessor, entre outras como *De opificio hominis*, de Gregório de Nissa (REALE; ANTISERI, 2003, p. 136).

Escoto recebe influência de Pseudo-Dionísio, assim chamado porque acreditava-se que ele fosse o juiz do Areópago encontrado por São Paulo (GONZALEZ, 2003, p. 157), mas, depois, descobre-se que suas obras foram escritas em tempos posteriores, com claras evidências neoplatônicas. Apesar da filosofia de Platão ser parte da formação de Escoto, ele também era teólogo, e a questão de um Deus criador e pessoal era algo que o fez escrever sua famosa obra *De divisione naturae*.

Escoto Eriúgena superou a concepção da lógica como simples técnica de linguagem, que remontava às escolas de retórica [...] Com efeito, no seu *De divisione naturae*, a dialética é entendida como a própria estrutura da realidade no seu realizar-se: em duas fases, ascendente e descendente (*a divisio*, do uno ao múltiplo, e a *reductio*, do múltiplo ao uno), constitui o ritmo do interno da natureza e da história do mundo. A dialética é antes de tudo uma arte divina, fundada na própria obra do Criador (REALE; ANTISERI, 2003, p. 138).

Nessa dialética, Escoto exprime sua concepção sobre o Deus criador e as coisas criadas e fica clara a influência platônica. Assim, Deus tem seus modelos ou “predestinações” como ele chama, mas “não se trata, portanto, de criação, mas da

⁵ Essa obra foi escrita depois do pedido de Hincmar, Arcebispo de Reims, não encontrar apoio de outros teólogos para o debate com Gostescalco, e ao mesmo tempo discordando do abade Rabanus Maurus sobre a questão entre pré-conhecimento e predestinação. Mas a obra de Escoto mudou a perspectiva da controvérsia, trazendo uma visão que não podia ser aceita de ambos os lados. Principalmente quando ele fez observações sobre a transitoriedade do inferno (Entendia os sofrimentos do inferno como uma metáfora e não literal). Os argumentos de Escoto eram filosóficos, isso também trouxe problema para ele, visto que muitos de sua época não concordavam que a teologia poderia se servir da filosofia como ferramenta para compreensão das Escrituras sagradas (Cf. GONZALEZ, 2004, p. 111,131).

substância dialética da qual as coisas são expressão e retorno” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 137) que se fundem nessa natureza que é criada e que também cria. Diferentemente do pensamento platônico em que os modelos são imóveis e perfeitos. No entanto ele chega a afirmar que a “verdadeira filosofia outra coisa não é do que religião, e inversamente, a verdadeira religião outra coisa não é do que verdadeira filosofia” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 138).

O Ser Supremo, para Escoto, é impossível de ser conhecido em sua totalidade. Aquilo que foi dito nas escrituras⁶, segundo ele, foi escrito “para os simples de mente”, e aí está o porquê do uso da metáfora na linguagem bíblica. “Na verdade, Deus é incognoscível, não somente para as criaturas”, afirma Gonzalez (2004, p. 127), explanando sobre o pensamento de Escoto, e completa: “Conhecimento implica em definição, e definição implica em limitação. Como Deus não tem limitação, Deus não pode ser conhecido”. Com base nesse conceito a doutrina da trindade pode ser defendida, mesmo com tantas controvérsias diante do tema, pois ele (Deus), em certo sentido, extrapola o conhecimento que temos dos seres criados. Assim, para Escoto, Deus é a fonte de toda a natureza, é anterior a tudo, não se limita ao tempo.

Ao que parece, Escoto Eriúgena morreu na França, logo depois da morte de Carlos, o Calvo, em 877, no fim do século IX. Tornou-se de modo inegável o pensador de destaque durante esse século, pois foi o único, segundo Gonzalez (1993, p. 157), “que tentou incluir em sua obra a totalidade do universo”. Já Anselmo de Aosta (1033-1109 d.C.), como veremos no próximo tópico, representa a escolástica para o século XI.

Breve história de Anselmo de Cantuária

Anselmo nasceu em Aosta, Itália, em 1033⁷, filho de Godolfo e Ermemberga (ANSELMO, 1979, p. VII), uma família nobre de sua época. Pouco se sabe de sua infância, mas é certo que ele fez excelentes cursos clássicos beneditinos. Seu zelo por Deus e pela religião talvez tenha sido resultado da influência da piedade de sua mãe (OSLON, 2000, p. 332) que tomou para si a responsabilidade da formação religiosa de Anselmo. Segundo Reymer (2018, p. 1-3), aos quinze anos de idade, Anselmo já tinha o desejo de seguir a vida monástica. Entretanto, seu pai não o encorajava, o que criou um

⁶ Assim é chamada a Bíblia entre os protestantes.

⁷ Rymer (2018, p. 1) apresenta o nascimento de Anselmo no ano de 1034. Porém, outros historiadores como Gonzalez e Oslo concordam com a data de 1033.

distanciamento entre os dois. Reymer chega a afirmar que havia um ressentimento de Anselmo pelo pai por sua reprovação ao ministério dele.

Depois da morte prematura de sua mãe, e com alguns problemas com o seu pai, que desejava fazer dele um político, Anselmo deixou sua casa e começou uma peregrinação por mosteiros na França (RYMER, 2018, p. 3), escolhendo a religião em lugar da política. Em 1056, atraído pela fama do prior Lanfranco, desejou ir para o mosteiro de Santa Maria de Bec, mas logo desistiu quando soube que Lanfranco tinha se mudado para Roma. Alguns anos depois, em 1060, retorna a Bec e firma ali o início de sua jornada monástica.

Essa vida de recolhimento lhe permitiria produzir suas obras teológicas instrumentalizadas pela razão. Como afirma Boehner e Gilson (1988, p. 254):

Com o estilo de vida conscientemente patriarcal e baseando na agricultura, a Ordem beneditina conseguiu criar as pressuposições indispensáveis daquele lazer que é a condição imprescindível para qualquer forma de especulação.

Anselmo usou bem o seu tempo em um mosteiro que, entre as orações e liturgias diárias, lhe possibilitava ricos escritos escolásticos.

Tornou-se monge aos 27 anos e em 1063, com trinta anos de idade, foi nomeado prior do mosteiro de Bec e depois abade em 1078. Desempenhou seu papel de prior de forma exemplar e sua boa administração foi notada rapidamente. Em 1093, mesmo contra sua vontade foi promovido a arcebispo de Cantuária, o que lhe dava muito poder em toda a Inglaterra⁸. Mas não apreciava o cargo, pois sabia que “os reis da Inglaterra, a partir de Guilherme, o Conquistador, tentavam controlar a igreja com a nomeação de bispos” (OSLON, 2000, p. 332). O arcebispo Anselmo foi submetido a dois exílios por não dar ao rei “normando da Inglaterra autoridade sobre questões eclesíásticas” (OSLON, 2000, p. 331).

O pensamento de Anselmo e o surgimento do Argumento Ontológico

Ainda quando era prior do mosteiro de Bec, os monges começaram a enxergar em Anselmo alguém que poderia auxiliá-los na busca de fundamentos racionais para as

⁸ Este conflito se dá quando Guilherme I, o Conquistador, faz doações de terras, em seu país, para a abadia de Bec. Por esse motivo Anselmo começa várias viagens para o reino Britânico na intenção de fundar o convento de Chester. Mas quando Guilherme II, o Ruivo, assume em 1093, rouba as terras e fez uso dos seus rendimentos. Por esse motivo Anselmo relutava em aceitar o cargo de Abade, oferecido pelo governador. Mais tarde acabou aceitando no intuito de ter mais forças para lutar pela “reforma da Igreja na Inglaterra, constantemente ameaçada pelos soberanos” (ANSELMO, 1979, p. XI-XII).

questões da fé. Assim, em 1076, os monges insistiram com Anselmo para que escrevesse sobre a essência divina e outras questões que permeavam os pensamentos daquela época.

Eram homens de piedosa fé cristã e acreditavam nas palavras divinas de sua religião. Contudo, sentiam necessidade de um alimento intelectual superior, que lhes desse as mesmas certezas da revelação bíblica, mas de um ponto de vista exclusivamente racional. Em longas conversas com o prior da abadia, ficaram convencidos de que ele poderia auxiliá-los (ANSELMO, 1979, p. 6).

Anselmo não foi convencido pelo apelo de seus subordinados, mas a insistência era tanta que depois de algum tempo, ele resolveu escrever, “sob forma de meditação, umas idéias que lhes havia comunicado em conversação familiar acerca da essência divina e outras questões conexas com esse assunto” (ANSELMO, 1979, p. 16). Sua primeira obra, fruto desses insistentes pedidos, mesmo contra sua própria vontade, foi *Monólogo*, que tinha a intenção de provar a existência de Deus. O próprio Anselmo (1979, p. 16) afirma que não esperava que essa obra surtisse tanto efeito em sua época:

Para tanto confortava-me também a esperança de que este escrito ficaria conhecido apenas por aqueles que o encomendaram e que, rapidamente cansados de lê-lo, sepultariam no desprezo e no esquecimento uma obra feita mais para que me deixassem em paz do que para corresponder, com competência, à sua justa curiosidade.

Diferentemente do que ele esperava, o manuscrito de *Monólogo* foi copiado e não somente os de hábitos leram, mas outras pessoas tiveram acesso. Deste modo desprezioso, começava o desenvolvimento do pensamento de Anselmo que o colocaria como um dos criadores da filosofia que hoje é chamada de Escolástica. O historiador Gonzalez (1993, p. 132) endossa esse ponto histórico, dizendo que “Anselmo foi um dos fundadores da escolástica”. Oslon (2000, p. 331) também concorda com ele quando afirma: “Com Anselmo, começou uma nova era na história do pensamento cristão”.

O que Anselmo faz é usar a razão não apenas como uma maneira de explicar a fé, mas de elucidá-la, torná-la mais aceitável à razão humana. Sua primeira obra, *Monólogo*, marca essa característica do seu discurso. Com ele nasce a teologia centrada no instrumento da razão. Seu pensamento nesse primeiro momento é distinguir entre Deus e sua natureza. “Uma coisa é falar da existência de Deus, outra é falar de sua natureza” (RAELE, 2003, p.149). Essa distinção está sempre presente em Anselmo, uma vez que suas investigações baseiam-se ou são dominadas pela ideia de Deus. Seu discurso está em provar a existência de Deus, daí segue seu argumento chamado de *posteriori* que parte da natureza das coisas:

A primeira parte da existência de coisas boas para remontar à Bondade absoluta; a segunda parte da variedade das grandezas para chegar a uma suma grandeza, da qual as outras participam; a terceira baseia-se sobre o conceito de causa: tudo o que existe por causa de alguma coisa; é preciso, portanto, admitir um Ser supremo em virtude do qual existem todas as coisas; a quarta se baseia sobre os graus de perfeição que remetem a uma perfeição suma.

Percebe-se de forma clara a influência platônica em seu pensamento (ANSELMO, 1979, p. 7), mas agora buscando uma compreensão da origem e do modelo ideal em Deus. A primeira prova deriva da existência das coisas boas; logo, se existem, também deve existir um princípio bom e único e não múltiplo. Se esse início bondoso existe, então, argumenta Anselmo, existe um bem absoluto. Neste mesmo sentido, segue o pensamento das outras provas.

Anselmo (1979, p. 19), em sua obra *Monólogo*, destaca: “Mas o nada não pode gerar nada e sequer é possível pensar que algo não seja gerado senão por algo. Portanto, tudo o que existe só pode existir [gerado] por algo”. O argumento é simples e direto: ou se admite a existência de um ser primário ou tudo que existe não existe, pois nada provém do nada. Mas, como algo existe, logo, existe um ser supremo (REALE; ANTISERI, 2003, p. 150). Todo esse tratado racional não implica em dizer que Anselmo cria somente naquilo que a razão podia provar, mas ele procurava provar doutrinas já cridas sem uso das escrituras (GONZALEZ, 1993, p. 130).

Assim, para Anselmo, as coisas que existem derivam de uma única coisa e não de múltiplas coisas. Entretanto, se provém de múltiplas coisas, essas coisas se criaram ou criaram outras coisas. Mas, se elas têm poder de existir por si só, sua essência deriva de outra coisa que existe por si só; tendo, assim, uma origem única e não múltipla. “Neste caso, porém, não resta dúvida de que são aquilo que são devido àquela causa pela qual possuem a propriedade de existir por si mesmas” (ANSELMO, 1979, p. 19). Assim posto, afirma Anselmo (1979, p. 20): “Se, portanto, todas as coisas que existem derivam dessa mesma causa, não há dúvida de que ela é única; e que existe por si”.

O Argumento Ontológico

As provas da existência de Deus no *Monólogo* foram escritas de forma complexa, principalmente para a mente dos seus leitores da época. Segundo Reale e Antiseri (2003, p. 150), Anselmo era “teólogo e não pensava pelo gosto de pensar”, assim como os filósofos. Então, começou a escrever um argumento mais simples, “persuasivo e auto-suficiente, destinado a gerar a imediata e invencível convicção da existência de Deus”.

Assim surge sua segunda obra, *Proslogion*, que foi escrita em forma de uma oração dirigida à Deus. Nela surge o “argumento ontológico”, que nada mais é do que a prova da “existência de Deus, obtida a partir da própria ideia de Deus”⁹.

Anselmo não duvida da existência de um ser superior, mas, até então, os argumentos eram baseados na matéria que rodeava o ser humano, afirmando que tudo deriva de um criador. Mas a *physis* não era suficiente para os filósofos como prova da existência desse ser. O monge de Bec procura na razão um argumento que fizesse sentido à mente e à filosofia. Gonzalez (1993, p. 131) consegue expressar muito bem o argumento ontológico, quando descreve a atividade teológica de Anselmo:

Perguntar se Deus existe equivale a perguntar se o Ser supremo existe. Mas a própria idéia de “Ser Supremo”, que inclui todas as perfeições, inclui também a existência. De outro modo este “Ser Supremo” seria inferior a qualquer ser que exista. Um ser supremo inexistente seria uma contradição semelhante a um triângulo de quatro lados. Da mesma forma a idéia de “Ser Supremo” inclui a existência. E por isto quem nega a existência de Deus é um insensato, como o salmista diz tão bem.

Esse argumento foi amplamente usado por filósofos e teólogos por séculos. Tanto críticas quanto consensos foram encontrados por Anselmo. O primeiro a ser contrário foi o seu próprio discípulo Gaunilon, quando escreveu *Liber pro insipiente*¹⁰, que faz uma oposição ao argumento ontológico. Se fosse assim, como no argumento ontológico, Gaunilon diz: “não haveria na inteligência dois momentos, um quando se compreende a idéia do objeto, e outro, a sua existência” (ANSELMO, 1979, p. 113), assim como a obra de um pintor que irá existir primeiro em sua mente (compreendendo as formas e as cores), e depois na existência (quando será executada). Ter a ideia de um ser superior não significa que o compreendo em sua totalidade, muito menos saber que esse ser existe por si só.

⁹ Esta prova se baseia no pressuposto de que a existência real é uma perfeição; se Deus é o Ser que por definição possui todas as perfeições, deve necessariamente possuir também a existência. Em outras palavras: não se pode pensar Deus como não-existente, porque de outro modo não pensaríamos Deus, mas um Ser [...] Deus e *aquilo do qual nada de maior se pode pensar*. E isso é pensado até pelo ateu e pelo tolo de que fala o Salmo, que, no seu coração, diz: “Deus não existe”. Para negar a Deus, ele sabe que está falando de um ser do qual não é possível pensar nada de maior. Portanto, se o ateu pensa Deus, Deus está em seu intelecto, do contrário não pensaria nem negaria sua existência (REALE; ANTISERI, 2003, p. 150).

¹⁰ O título original usando em sua edição crítica era: *Quid ad haec respondeat quidam pro insipiente* (O que responderia a essas coisas alguém em defesa do insipiente). Gonzalez o traduz como *A defesa do tolo*.

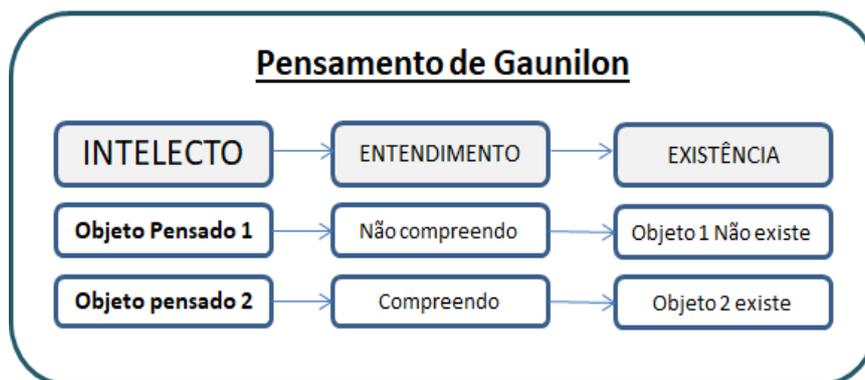


Figura 1 – O Pensamento de Gaunilon

Fonte: Elaborado pelo autor

Para Anselmo, a própria dúvida da existência de Deus já é uma prova de que ele existe no pensamento de quem duvida e já o entende, pois duvidar significa que deve-se entender do que se duvida, pelo menos na questão de sua existência. A dúvida é prova de que a ideia já existe no intelecto de quem pensa (REALE; ANTISERI, 2003, p. 157). Nesse ponto, Anselmo faz uma distinção entre pensar sobre algo e entender o algo pensado. Para ele, se existe no intelecto, mesmo não compreendendo em sua totalidade, sua existência é real. Se posso pensar apenas o que compreendo, logo, muitas coisas não existiriam. Se não sou pintor e não posso compreender as técnicas que preciso usar para expor a imagem do meu pensamento em uma tela, não significa que essa pintura não exista, ou que não seja possível sua existência na realidade.

Anselmo afirma em sua obra *Liber apologeticus*, onde se defende dos ataques de Gaunilon:

Se afirmarmos que este ente já está em meu intelecto apenas pelo fato de que eu compreendo aquilo que se diz, não poderia dizer de modo semelhante ter no intelecto também todas as coisas falsas e sem dúvida de nenhum modo existentes em si mesmas, porque se alguém as dissesse eu compreenderia tudo aquilo que diria? (REALE; ANTISERI, 2003, p. 157.).

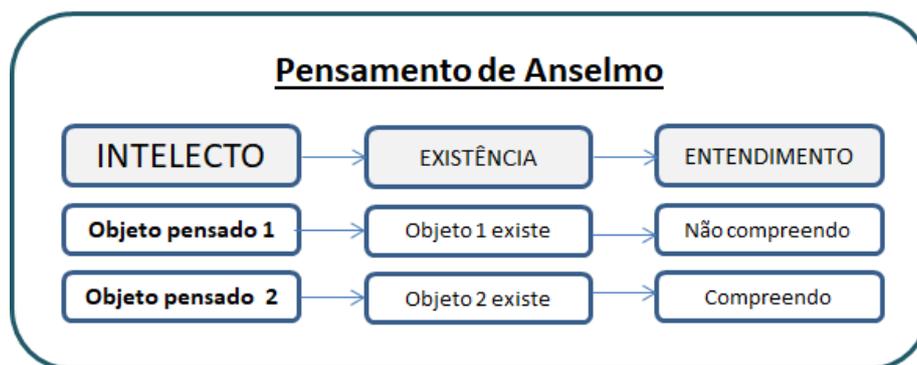


Figura 2 – O Pensamento de Anselmo
Fonte: Elaborado pelo autor

Um dos críticos mais contundentes do argumento de Anselmo, alguns anos depois, foi Santo Tomás em sua obra *Suma contra os gentios*. Não cabe aqui destacar os argumentos uma vez que extrapolam o propósito dessa pesquisa, mas é interessante notar a capacidade que Anselmo tinha em usar a razão para fundamentar verdades religiosas e como essa forma de pensar ganhou força e começava a conduzir a cristandade para uma dialética entre fé e razão. O que se pode notar na afirmação de Gilson (2006, p. 298-299) quando diz sobre as discordâncias e concordâncias dessa teoria de Anselmo:

Sempre houve filósofos para retomá-la e remanejá-la a seu modo, e suas implicações são tão ricas, que o simples fato de tê-la rejeitado ou admitido quase basta para determinar o grupo doutrinal a qual uma filosofia pertence. São Boaventura, Descartes, Leibniz e Hegel retomaram-na, cada uma à sua maneira, mas Santo Tomás de Aquino, Locke e Kant rejeitaram-na, cada uma à sua. O que há de comum em todos aqueles que a admitem é a identificação da existência real com o ser inteligível concebido pelo pensamento; o que têm em comum todos os que condenam seu princípio é a recusa de colocar qualquer problema da existência à parte de um dado empiricamente existente. Uma vez que demonstrada a existência de Deus por qualquer uma dessas provas, pode-se deduzir facilmente seus principais atributos. Já que Deus é o que não pode não existir, ele é o ser por excelência, isto é, a plenitude da realidade.

A dialética de Anselmo trouxe grande impacto para o pensamento de sua época, pois ele a usava para dar equilíbrio à forte discussão que existia entre os que eram a favor do uso da dialética aplicada às verdades religiosas e os que eram contra. O problema central dessa época (séculos XI e XII) era a relação “entre filosofia e religião, precisamente ciência e fé, razão e revelação, natureza e sobrenatural” (PANDOVANI, 1968, p. 74). Nesse sentido afirma Dreher (1994, p. 65): “O primeiro teólogo a valer-se com sucesso da dialética na teologia”.

Ainda sobre essa recepção do pensamento de Anselmo em sua época Macedo relata:

S. Anselmo, no seguimento de Lamberto, seu superior, ultrapassa dialéticos e antidialéticos. Contra os dialéticos considera que a razão não deve arvorar-se em juiz da fé e da Revelação, não podendo assim rejeitar os seus conteúdos como se não tivessem origem divina. Contra os antidialéticos, recorre à razão na confiança de que, bem orientada, acabe por descobrir por si muito do que a fé ensina. Neste ponto, no seu recurso a processos inteiramente racionais, supera os dialéticos. No conjunto das suas obras é possível detectar um verdadeiro sistema filosófico cuja abertura à Revelação não lhe diminui o carácter intrinsecamente racional (ANSELMO, 1996, p.8).

O próprio Anselmo (1979, p. 93) resume bem o que ele pretendia com sua dialética conciliadora, quando afirma: “Com efeito, não busco compreender para crer, mas creio para compreender. Efetivamente creio, porque, se não cresse, não conseguiria compreender”.

Anselmo não se limitou apenas à questão da existência de Deus, escreveu outras obras que até hoje são relevante para o estudo da filosofia e da teologia. Entre elas podemos listar:

De Grammatico: sobre a gramática, uma introdução à dialética; De fide Trinitatis et de Incarnatione Verbi: Sobre a fé trinitária e sobre a encarnação do Verbo; De Veritate: Sobre a verdade, o que é e onde se encontra a verdade; o De libero arbitrio: sobre o livre arbítrio; o Cur Deus homo: Por que Deus se fez homem?, sobre a necessidade da encarnação; De processione Spiritus Sancti contra Graecos: Tratado da possessão do Espírito contra os gregos (ATHAYDE, 2011, p. 13-14).

Considerações finais

O argumento desenvolvido por Anselmo traz dentro de si uma resposta para uma das inquietações da mente do homem de sua época: a questão da prova da existência de Deus. Este pensamento escolástico influenciou as gerações seguintes e o argumento de Anselmo, ainda hoje, é debatido por muitos dentro da filosofia e da teologia. Essa pesquisa propôs identificar, dentro do momento histórico da idade média, o que pôde ter colaborado para que esse argumento tomasse força dentro da filosofia cristã e como a razão ganha uma proeminência para comprovar as verdades ou dogmas já instalados pelo cristianismo como verdades também racionais.

Cercados por amigos e discípulos, Anselmo faleceu em 21 de abril de 1163. Momentos antes de sua morte, um dos monges que estava ao seu lado fez uma observação ao abade: de que ele estava “a ponto de abandonar esse mundo para dirigir-se a corte do Senhor”. Anselmo (1979, p. XIII) responde tranquilamente:

Se tal é Sua vontade, obedecerei de bom grado; mas se quiser deixar me entre vós até que termine uma questão que me preocupa o espírito, relativa a origem

da alma, ficaria muito agradecido a Ele, pois não sei se encontraria alguém que se ocupe disso se eu morrer.

Logo depois que morreu, começaram as romarias em sua honra na catedral de Cantuária, foi canonizado e, em 1720, declarado doutor da Igreja pelo Papa Clemente XI (ANSELMO, 1979, p. XIII).

FROM THE EMERGENCE OF SCHOLASTICISM (PATRISTIC, 5TH CENTURY) TO ANSELMO CANTERBURY'S ONTOLOGICAL ARGUMENT (11TH CENTURY)

Abstract: This article aims to elucidate the historical context of the birth of scholastic thought, from patristic until its emergence, in the late 10th and early 11th centuries. This survey can help explaining how reason, a tool used by scholasticism, becomes prominent to prove and substantiate theological truths. It is also relevant in order to understand the historical moment prior to the time Anselmo lived, and how this context, possibly, influenced the thinking of the Benedictine in his work *Proslogion*, monk in the formation of his Ontological concept.

Keywords: Scholastic. Anselm. Ontological Argument.

Referências

ANSELMO, Santo. *Monólogo; proslogion; a verdade; o gramático; lógica para principiantes; a história das minhas calamidades*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Proslogion*, seguido do Livro em Favor de um insensato, de Gaunilo e do Livro Apologético. Tradução, introdução e comentários de Costa Macedo. Porto: Porto Editora, 1996.

ATHAYDE, Emmanuel Roberto Leal de. *Anselmo de Cantuária – A Fé em busca da compreensão*. São Paulo: Reflexão, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. *Horizonte*. v. 7, n. 15, 2009.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BOÉCIO, Anísio Mânlio Severino. *No consolo da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DREHER, Martin N. *A igreja no mundo medieval*. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GONZALES, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, v. 4, 1993a.

_____. *Uma história ilustrada do cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, v. 3, 1993b.

_____. *Uma história ilustrada do cristianismo: A Era dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, v. 6, 1995.

_____. *Uma história do pensamento cristão: De Agostinho às vésperas da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, v. 2, 2004.

OSLON, Roger. *A história da teologia cristã*. São Paulo: Vida, 2000.

OLIVEIRA, Jamierson. *Arminianismo puro e simples: Uma introdução histórico-teológica*. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

PANDOVANI, Umberto A. *A filosofia da Religião*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. São Paulo: Paulus, 2003.

RYMER, Henry. *Life of St. Anselm, Archbishop of Canterburg*. London: Sagwan Press, 2018

SOBRE O AUTOR

Ramon Maciel de Souza cursa o mestrado profissional em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA).

Recebido em 25/09/2019

Aceito em 28/01/2020